

Acta nº.08

Aos **vinte e nove** dias do mês de **Setembro**, do ano de **dois mil e seis**, pelas 09h00, teve lugar, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, de cuja convocatória, datada de treze do mesmo mês, constavam na Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

I – Período de “antes da ordem do dia”.

II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:

- 1º. Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.**
- 2º. Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.**
- 3º. Regulamento das Taxas e Licenças em vigor no Município de Valença – Regulamento da Publicidade em vigor no Município de Valença – alterações.**
- 4º. Regulamento das Actividades Previstas no Dec.-Lei nº.264/2002, de 25 de Novembro, e no Dec.-Lei nº.310/2002, de 18 de Dezembro – alteração.**
- 5º. Contracção dum Empréstimo de 798.500,00€.**
- 6º. Apreciação e votação da “Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos” e da “Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”.**
- 7º. Apreciação da Proposta lei das Finanças Locais. Tomada de posição pelo Órgão Deliberativo do Município de Valença.**

III - Período de intervenção do público.



Período de antes da Ordem do Dia

O **Presidente da Mesa**, Jorge Gama, deu início aos trabalhos com a habitual saudação protocolar.

Seguidamente a **1ª Secretária**, **Anabela Rodrigues**, fez a leitura do resumo da correspondência recebida e expedida. Informou também que toda a documentação se encontra à disposição dos senhores deputados, na Mesa e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

Presidente da Mesa informou ao plenário sobre a possibilidade de inscrição de dois membros desta Assembleia para o Congresso da ANMP, a decorrer no dia 4 em Lisboa, a qual deveria ser comunicada à mesa para respectiva inscrição, até à interrupção dos trabalhos para hora de almoço.

Logo após, procedeu-se à discussão da **Acta nº.7**, registando-se as intervenções dos deputados: **Jorge Gama** referindo que na sessão anterior decorrida no auditório da Biblioteca Municipal houve problemas com a gravação e que por isso algumas intervenções não ficaram

gravadas ou ficaram imperceptíveis. Isto aconteceu também porque alguns oradores não accionaram o botão do microfone, conforme solicitado.

Armando Carvalho referiu faltar uma intervenção completa da CDU, no seguimento da reacção do Presidente da Câmara às críticas formuladas a propósito da assinatura de um protocolo assinado por este executivo para a realização de redes em baixa. Tratava-se de uma argumentação, no sentido de questionar a exequibilidade da promessa do Sr. Presidente em manter a distribuição de água ao domicílio na esfera de competências da Autarquia, apesar de reconhecer que a maioria do Municípios vai entregar esse serviço público aos privados. Argumentava ainda que esta opção política constituía grave falta de responsabilidade histórica, ou seja, que não defendem a política do “quem vier atrás que feche a porta” já que os mandatos não são eternos. Considera ainda que esta intervenção deveria ser inserida na página 17, já que na intervenção seguinte do Presidente consta uma reacção a esta intervenção da CDU.

Refere que com as críticas que fez ao jornal “O Valenciano” acabou por cometer uma injustiça com o corpo redactorial, quando disse que este jornal se pauta por um jornalismo abaixo do medíocre. Corrige e explica que apenas se queria referir às peças jornalísticas escritas pelo seu director. Pede desculpa aos restantes.

Diz ainda que, na altura, deixou passar em claro por não ter percebido, uma intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, no seu entender muito grave, pois é acusado de mentir a esta Assembleia sobre uma situação ocorrida em sede de Comissão Permanente. Pede para que esta situação seja esclarecida pelo Presidente ou por uma das seis pessoas presentes na referida reunião.

Seguiu-se a votação que, num universo de 33 votantes, registou 4 abstenções (Armando Carvalho, Mário da Cruz, José Temporão e Lúcia Pereira, os três últimos por não terem estado presentes na respectiva sessão). **Aprovada por maioria.**



1º Proposta de Recomendação

O enceramento das escolas do ensino básico do Concelho de Valença, por força das directivas da tutela, veio aportar um factor de desequilíbrio acentuado aos lugares onde estas se inseriam, quer do ponto de vista da desertificação humana quer do da sensação de perda funcional do património material – os edifícios – como do imaterial: a escola primária e todos os seus utentes era, afinal de contas, o último reduto de esperança de um rejuvenescimento local, a imagem da presença de um interesse colectivo e, quantas vezes, o único serviço público.

A CDU Valença, apesar de considerar ser um erro crasso a submissão dos valores do desenvolvimento social aos valores impostos pela lógica do custo desse mesmo desenvolvimento, considera também que é ainda possível reverter as consequências nefastas dessa política a favor das populações lesadas, concretamente lançando mão de oferta e da experiência no sector por parte do Instituto das Comunidades Educativas.

O ICE é uma Associação de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, constituída em Julho de 1992 em Setúbal. Tem como principal objectivo e razão de ser o combate contra a exclusão social, cultural e educativa e pelo desenvolvimento integrado local em Portugal. Ao nível dos seus associados, o ICE caracteriza-se pelo facto de reunir quer sócios colectivos, quer individuais de âmbito diversificado. Como sócios colectivos integra várias Câmaras Municipais, Associações Locais e Profissionais, a Associação Nacional de Freguesias, Escolas de Educação, Institutos Universitários e Museus. Actualmente o ICE desenvolve projectos pedagógicos em 34 Concelhos de Norte a Sul, de 13 Distritos diferentes, o que representa um envolvimento de 450 jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico em interacção com as aldeias que servem.

Assim, a CDU recomenda que a Câmara Municipal de Valença diligencie no sentido de proceder, eventualmente através do Conselho Municipal de Educação, aos contactos necessários com aquele Instituto a fim de que se possa aquilatar da real possibilidade de reconduzir as

escolas de Gondomil; Sanfins; Azenhas; Silva; São Julião; Bade e Cristêlo-Côvo a um novo quadro de funcionalidade educativa que tenda a promover a articulação do ensino com o desenvolvimento local multigeracional.

O membro Eleito da Coligação Democrática Unitária
Armando Manuel Teixeira de Carvalho

Segue-se o **Presidente da Câmara** que não concorda com a proposta. Dá o exemplo duma situação não viável, o da escola de Gondomil, que encerrou quando tinha apenas 3 alunos e 2 professores. Considera como mais importante os alunos e que escolas como esta, com reduzido número, não permitem um adequado processo de socialização. Refere ainda que a Carta Educativa está em discussão pública e que é uma boa altura para haver sugestões e reclamações, que serão analisadas em sede, quer de quem elaborou a carta, quer do executivo, quer depois no Conselho Municipal de Educação.

Armando Carvalho considera que o Presidente ouviu a leitura da proposta na diagonal. Em nenhum ponto está escrito que se vai reabrir escolas, nos termos em que elas foram encerradas. O que se pretende não é restabelecer o papel da escola tal como ela funcionava mas sim, de reaproveitar através do ICE, que tem larga prática em todo o país sobre essa matéria, as estruturas que ficaram e “rentabiliza-las”. O ICE aproveita os recursos e as estruturas desactivadas ou abandonadas e até os ainda em funcionamento, no sentido de criar uma interacção entre o meio local e o resto da comunidade educativa. Por exemplo, trabalham em grande proximidade com os agrupamentos no sentido de que todos aqueles edifícios e tudo o que eles representam, não sejam também abandonados e desactivados.

O **Presidente da Câmara** responde que, efectivamente, aquilo a que a proposta se refere não é a reabertura das escolas mas sim dar aos estabelecimentos encerrados uma perspectiva diferente daquela que era a sua função enquanto ao serviço do ensino básico e encontrar-lhe uma função que se ajuste ao novo modelo. Assim sendo, vai analisar esta questão assim como a função desta Associação. Por fim, considera pertinente a proposta do senhor Carvalho.

Seguiu-se a votação que, num universo de 34 votantes, foi **aprovada por unanimidade**.

2º Voto de Louvor

O Reverendo Padre José Maria Pereira do Vale comemora no próximo dia 8 de Novembro as suas Bodas de Prata Paroquiais.

Ao longo destes vinte e cinco anos de serviço à Comunidade Paroquial de Valença e para além de todo o dinamismo no seu munus sacerdotal e pastoral, aqui tem deixado, como ilustre cidadão, indelével marca, em termos culturais.

Foi fundador do Coral Polifónico S. Teotónio, e seu maestro durante muitos anos estando, desde o princípio, ligado à organização dos Encontros Internacionais de Coros da Ribeira do Baixo Minho.

Para além disso, disponibiliza os espaços sagrados para concertos de música clássica, sempre que meritórios.

É um caminhante entusiástico e promotor insigne dos Caminhos de Santiago, e tem-se revelado um defensor das tradições seculares Valencianas.

Exerce, com garbo, as funções de Capelão dos Bombeiros Voluntários locais.

Por estas razões, mais do que suficientes para o efeito, propomos que esta Assembleia Municipal aprove um Voto de Louvor e que o mesmo lhe seja comunicado aquando da celebração que terá lugar em Valença.

Valença, 29-09-06

Jorge Manuel Esteves Santos Silva e mais 33 subscritores

O **Presidente da Mesa** disse que: “Quando iniciativas similares foram aqui desencadeadas relativamente ao Padre Gonçalo (Bodas de Prata) e ao Padre Marques de Arão (Bodas de Ouro), e tendo como referente, que nós estamos, num órgão político de uma república, de cuja a constituição aponta no sentido da laicidade, o que nos ocupou e eu gostaria que nos ocupasse hoje, era a nossa visão sobre o cidadão que é sacerdote, ou sobre um sacerdote que é cidadão e creio que o seu percurso é simplesmente exemplar. E com este pensamento, que é um pensamento sincero e em função das mecânicas de voto, quando está e causa a emissão de juízos de valor, eu pessoalmente gostaria muito, se o Plenário assim o entender, que este voto fosse aprovado por unanimidade e aclamação, o que mostraria isso e dispensaria a votação por voto secreto, que se não acederem ao meu pedido, terá necessariamente que ocorrer.”

Num universo de 33 votantes, foi aprovado por **unanimidade e aclamação**.

Período destinado às intervenções políticas e às interpelações ao senhor presidente da Câmara Municipal de Valença.

O **Presidente da Mesa** pediu ao Plenário que consinta a alteração da sequência da ordem dos trabalhos e que o ponto das Finanças Locais seja trabalhado logo a seguir à apreciação da informação escrita do senhor presidente da Câmara, uma vez que de tarde este não poderá estar presente.

Segue-se **Armando Carvalho** referindo que a presença do senhor presidente é de tal modo importante nas várias abordagens da ordem do dia, que melhor seria que a reunião continuasse noutro dia, mas compreende que seria praticamente impossível concretizar tal coisa. Segue a sua intervenção referindo-se aos transportes públicos e dizendo que um município Valenciano escreveu uma carta ao senhor presidente em 7 de Junho de 2004, registada com o numero 808200220 e outra em Maio deste ano, dando conta da sua opinião sobre esta questão mas que até à data não obteve qualquer resposta. Sobre os transportes escolares diz que o governo decidiu e bem, impor a presença de vigilantes nos transportes dos alunos. O problema é que os encargos de contratação dos vigilantes acabou por cair nas autarquias, uma vez que as transportadoras não assumem nenhum encargo não contratualizado. Assim, ao que parece, o método encontrado para resolver o problema foi contratar vigilantes a recibo verde sem qualquer tipo de formação específica, tal como acontece com os professores contratados para ocupar os tempos de enriquecimento curricular do ensino básico. Pede para que o Presidente elucide sobre a veracidade desta situação, quer no caso dos transportes privados, quer nos da autarquia e, caso seja verdade, indique a esta Assembleia o preço, por hora, praticado em Valença para os vigilantes, professores e educadores do enriquecimento curricular.

Refere que na reunião de 2 de Junho, entre o senhor presidente da Câmara, ele próprio e um representante do partido Ecologista Os Verdes, a propósito da antena de Friestas, gerou-se um ambiente de convergência de opiniões, quer a nível da metodologia a seguir para a resolução daquele caso em concreto, quer ao nível de alinhamento das ideias tendentes a resolver outros casos de agressão ambiental, como são as pedreiras não licenciadas do concelho. Sobre este assunto diz que o Presidente lançou as bases duma ideia (que considera excelente) e que tencionava agendar para a Assembleia de Setembro. Desde esse dia de Junho, diz ter adoptado em relação a essa matéria uma postura de completo sigilo e só um círculo muito restrito da CDU tem conhecimento dessa proposta, por razões óbvias. Estranha no entanto que a matéria não tenha sido alvo de discussão nas seis reuniões de Câmara desde então realizadas, nem conste sequer na ordem de trabalhos. Relativamente à antena de Friestas, diz que o Presidente virou “bico ao prego”, no que diz respeito à estratégia a seguir para resolver o problema. Afirma, este ter dito, que haveria uma reunião entre a Câmara e a empresa de telecomunicações no sentido de procurar uma resolução amigável. Recorda ter insistido na necessidade de um local alternativo, por imperativo moral e prova de boa fé. Caso o resultado dessa diligência voltasse a falhar, o município voltava a dar ordem de desmontagem do equipamento e se no prazo de três meses a ordem não fosse acatada, accionáramos a empresa por desobediência civil. No entanto, agora o Presidente vem dizer que vai ser intransigente, que vai alegar a violação de questões de âmbito

urbanístico como se fosse a única alegação possível quando já existe um argumento que é a desobediência civil. Termina dizendo que o Presidente nunca mais esclareceu ninguém sobre este assunto, não se sabe se houve ou não reunião, nem se existe ou não local alternativo.

Relativamente às festas do concelho mais concretamente sobre o dia de actuação da Dulce Pontes, refere que a comissão de festas recebeu um subsídio de 75 mil euros para organizar as festas, promoveu peditórios para o efeito, espalhou publicidade por todo o lado anunciando que o espectáculo era grátis e depois sem autorização expressa da Câmara decidiu fechar o acesso a uma área de domínio público. Barrou as portas, com um guarda ao lado, que lhe explicou que o preço do ingresso era simbólico e que o fecho da Coroada tinha sido combinado na casa grande. Diz que realmente as pessoas que foram passear naquele dia não vão nos outros dias, simplesmente porque as sucessivas políticas municipais desertificaram a zona histórica de moradores e por isso é que as pessoas só vão até lá quando acontece algum evento, como foi o caso. Diz ainda que a comissão de festas com a bênção da câmara enganou meio mundo e ainda por cima se diz que as pessoas que manifestaram o seu descontentamento é que agem de má fé. Considera que possivelmente faltaram à comissão de festas os 30 mil euros esbanjados no ecrã gigante.

Relativamente ao protocolo para a realização de projectos de redes em baixa, que o senhor presidente assinou em Espinho a 5 de Junho deste ano sobressai uma nota da acta nº.18.7, onde se afirma que os termos do protocolo assinado, são diferentes do protocolo proposto tendo a câmara pedido explicações á empresa concessionada, as Águas do Minho & Lima SA sobre o assunto, ou seja, a empresa mandou uma espécie de minuta de contrato á Câmara, que leu e aprovou por unanimidade em 31 de Maio. Considera que o Presidente deveria elucidar a Assembleia sobre as diferenças que detectou entre o que foi aprovado e o que foi assinado. Diz ainda que o Presidente reafirmou que só os sistemas multimunicipais é que podem concorrer ao fundo que financia a elaboração de projectos em baixa. Pede para que este informe também a Assembleia sobre esta questão e como é que uma empresa com a designação de sociedade anónima SA como as Águas Minho & Lima pode ser considerada empresa pública. Por último, pede para ser esclarecido sobre o encaminhamento da proposta de recomendação sobre os OGM, nomeadamente se vai merecer agendamento ou não por parte do executivo.

Elisabete Viana intervém para falar sobre o problema que constitui o lixo no nosso concelho. Diz que está espalhado por todos os caminhos de todas as freguesias e por isso conclui que a população não está educada para proceder ao correcto depósito dos lixos. Refere que viu lixo nas bermas da estrada até ao Monte do Faro e que em Arão até há colchões e frigoríficos. Considera que devem ser tomadas medidas no sentido de educar a população, com palestras nas freguesias e com folhetos informativos para que situações destas não aconteçam.

Segue-se **Manuel Lopes** referindo alguns acontecimentos que no seu entender foram positivos ou negativos desde a última reunião da Assembleia. Assim, considera a ExpoMinho e o peditório de angariação de fundos dos Bombeiros Voluntários de Valença como muito positivos, destacando a grande generosidade da população neste último. No entanto, considera que a segurança em Valença tem vindo a piorar, sendo este um dos aspectos negativos que salienta. Comenta também que há demasiada perseguição das actividades económicas ao nosso comércio tradicional. Refere a perseguição a algumas marcas e diz que quando alguém compra não está a ser enganado e que por isso só compra quem quer. Considera ainda que não devemos ser nós “os meninos bonitos” a proteger as multinacionais. Continua a sua intervenção falando sobre a irregularidade da recolha do lixo nas freguesias e da falta de limpeza dos contentores, situação que já descreveu telefonicamente e por escrito ao vereador Joaquim Covas. Diz ter contactado também a empresa e que num desses contactos disseram que o carro estava avariado e noutra disseram que o empregado estava de férias. Segue a sua intervenção relembrando uma questão já colocada por ele anteriormente, mais precisamente sobre a possibilidade de uma Adega em cooperação com a Associação de Lavradores e cita como exemplo a Adega do Rosal como um caso de sucesso, tudo levando a crer que o vinho dá resultado. Uma vez mais levanta a questão da iluminação da igreja de Ganfei, desabafando que é “caso para dizer malditos Monumentos Nacionais”. Sobre as casas abandonadas, pergunta qual será o destino da antiga

escola das Azenhas e do apeadeiro da CP. Termina a sua intervenção referindo-se à proposta da CDU sobre as culturas geneticamente modificadas. Assim, refere que “não devemos querer andar com o carro à frente dos bois” e que há uma estrutura associativa, que é a associação dos agricultores do emparcelamento de Ganfei, Verdejo e Valença, do qual ele é presidente e que se deveria começar em primeiro lugar por consultar e esclarecer os agricultores. Por fim refere que a portaria 904/2006 de 4 de Setembro em determinado ponto diz: “confere-se ainda aos municípios a iniciativa de requererem o estabelecimento de zonas livres, mediante a observação de determinadas condições e no respeito pela vontade dos agricultores de cada zona.” Conclui que os agricultores ainda se devem respeitar, as associações estão legalmente instituídas por escritura pública e que por isso não se deve brincar, acha que se deve acatar.

Seguiu-se **José Temporão** que intervém para falar da violência nocturna, facto que o preocupa pois tem vindo a aumentar em Valença. Refere que num só edifício funcionam cinco bares nos quais é a venda de bebidas alcoólicas a jovens adolescentes e o consumo de drogas que contribuem para o aumento deste tipo de violência. Assim, tendo em conta que a situação é grave, pergunta o que é que a Câmara tem feito para tentar resolver o problema.

João Amorim começa por dizer que nos passeios da avenida Miguel Dantas não existem rampas para carros de deficientes e que o mesmo acontece na rua Val Flores, com mais uma agravante, é que além dos passeios não terem largura suficiente para as pessoas circularem, existem postes de telefone e de iluminação pública no centro, que até à data não foram mudados. Refere também que na Rua Val Flores, principalmente nos dias de feira e com vento, acumula-se lixo numa faixa de terreno lateral e que nunca é recolhido pela empresa responsável da recolha de lixo na zona. Termina a sua intervenção falando sobre actos de vandalismo no nosso concelho, nomeadamente na Senhora da Cabeça, onde verificou que os bancos já foram destruídos uma vez mais. Assim, considera que é fundamental aumentar o policiamento para que situações destas não se verifiquem.

Intervém **Lígia Pereira** dizendo que não podemos deixar de salientar factos e eventos ocorridos desde a última reunião e que são demonstrativos do bom rumo e das boas opções para Valença e para os Valencianos. Começa por se referir à limpeza que foi feita às florestas, embora considere o problema dos incêndios, tal como os lixos e a violência, problemas relacionados com questões de cidadania. Refere-se também à Valença Medieval, ao avanço da segunda fase de requalificação do centro histórico de Valença, à recuperação da Assembleia Valenciana, à renovação do Parque Escolar, à renovação dos equipamentos desportivos e à aposta na educação extra curricular. Por fim, refere-se à reunião da Comissão Coordenadora do projecto das vias atlânticas, estando em análise a implantação do projecto relativo à XIX via romana antonina, que se estende de Braga a Astorga, bem como o lançamento de uma página web e um guia turístico das vias atlânticas. Termina a sua intervenção dizendo que nos devemos orgulhar destas opções e de quem não espera por período eleitoral para fazer obra.

Segue-se o **Presidente da Câmara** que começa por dar resposta às questões colocadas por Armando Carvalho. Assim, sobre os transportes públicos diz que estamos perante um fenómeno muito difícil de resolver porque as empresas não estão dispostas a fazer circuitos com pouca gente, no entanto, dentro do razoável, vão-se tentando encontrar soluções para os problemas. Sobre os transportes escolares, as decisões são em Lisboa, o método e a execução são da responsabilidade das autarquias. Diz concordar com a Lei que obriga, por questões de segurança, a presença de pessoal a dar apoio dentro dos autocarros, o problema é depois executá-la. Diz que sempre foi prática da Câmara “dar tudo às escolas” e dá exemplos de outros concelhos vizinhos em que a realidade é bem diferente, nomeadamente Ponte de Lima em que o transporte escolar, a compra da carrinha, o motorista, o vigilante da carrinha, a cozinheira, é tudo pago pela Associação de Pais. Diz não concordar com esta situação mas que em Valença já se começa a exagerar e dá o exemplo da contratação de pessoal para a hora de interrupção lectiva. Diz ainda que algumas pessoas desvalorizam o serviço público quando este é totalmente gratuito. Logo de seguida fala das dificuldades encontradas durante o início do ano lectivo para

pôr em funcionamento as actividades extracurriculares, nomeadamente a falta de professores de Música e de Educação Física e das diferentes dificuldades encontradas sempre que abre um ano lectivo, já que nunca tem o mesmo enquadramento do ano anterior. Sobre o valor pago aos professores, diz que estão a pagar 15 Euros por horas mais uma hora paga para preparação em grupo. Continua a sua intervenção dizendo que efectivamente há, a nível dos transportes escolares, três pessoas contratadas a recibos verdes e um estagiário.

Sobre a antena de Frietas diz que a autarquia deu ordem de retirada da antena, no entanto tudo deve ser feito dentro da Lei e é nesse sentido que a autarquia está a trabalhar. Sobre as pedreiras diz que desde que está na Câmara não autorizou a abertura de mais nenhuma. No entanto, muitas das pedreiras não são da tutela da autarquia, pertencem ao Ministério da Economia através da Direcção Regional de Economia mas não tem faltado intervenção da câmara no sentido de sensibilizar para uma maior fiscalização. Acredita que a solução para esta situação se encontre em sede de PDM e diz que antes de ir a discussão pública irá sugerir uma reunião de Assembleia Municipal. Sobre as festas do Concelho, diz que é lamentável reduzir aquilo que foram as festas apenas ao episódio do concerto da Dulce Pontes e apenas porque foi a pagar. Diz ainda que é lamentável se esquecerem de todo o trabalho que a comissão de festas teve e a troco de nada. Diz também que realmente até se pode questionar o procedimento, uma vez que, por inexperiência, não foi colocado no requerimento o pedido para espectáculo pago. No entanto, concordou com o espectáculo pago e considera cinco Euros um valor simbólico.

Sobre o protocolo com as Águas do Minho & Lima, diz mais uma vez que a sua posição é a da não entrega das baixas a nenhum sistema extra município. Responde à questão colocada pelo senhor Armando Carvalho, explicando que o que distingue uma empresa pública de uma empresa privada é a estrutura accionista, não é a sigla SA, e que isto é uma empresa pública porque na estrutura de accionistas, são tudo accionistas públicos, são as Águas de Portugal e depois são as dez autarquias, no caso da nossa das Águas do Minho & Lima. Sobre o que aconteceu no protocolo explica que sempre que aprova uma minuta tem o cuidado de mandar verificar artigo por artigo se coincide com a minuta que foi aprovada em reunião de Câmara. Em relação ao protocolo assinado em Espinho diz que realmente há diferenças mas que estas não comprometem o espírito do protocolo e por isso não conduzirá a problemas. As águas do Minho e Lima garantem ter enviado o protocolo alterado um dia antes para as autarquias, mas esse fax não foi encontrado na câmara. Assim, diz ter pedido às Águas do Minho e Lima o comprovativo de como esse fax entrou na câmara antes da assinatura do protocolo. Sobre a questão das sementes diz subscrever totalmente o que o senhor Lopes referiu na sua intervenção.

O Presidente a Mesa num universo de 36 deputados fez a comunicação das presenças. Registou as ausências de Dora Ferreira, Luís Amorim, Manuel Cunha e Rui Marrucho, os três últimos substituídos respectivamente por António Manuel Fernandes, Cristina Ribeiro e Diamantino Cunha.

Os vereadores Manuel Domingues, Fernando Rodrigues, Joaquim Covas e Tiago Alves também estiveram presentes.

1º Ponto

Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.

Manuel Lopes respondeu ao senhor Presidente da Câmara dizendo que quando colocou a questão em que pediu para não lhe responder, não era intenção repor o feriado do dia 18 de Fevereiro “roubado” aos comerciantes, nem passar luva branca.

Inês Ferreira relativamente à ecopista diz que, já que se trata de uma construção concluída, está na altura de verificar se houve falhas no projecto ou na execução e se a manutenção está a ser ou não bem feita. Assim, relativamente ao projecto ou à sua execução, diz que faltam pontos de água, que têm dúvidas sobre a possibilidade de se conseguir assistir de forma adequada a algum acidente em determinados troços que ficam mais distantes das

entradas e diz ainda que continua a existir um “cano de esgoto” com saída de águas residuais para as bermas da ecopista. Relativamente à manutenção, diz considerar aquele equipamento demasiado bom para passado pouco tempo começar a apresentar estragos, nomeadamente ervas daninhas que conseguem subir, penetrar e destruir o pavimento. Refere também que existem algumas zonas da ecopista que acumulam água da chuva.

Continua a sua intervenção fazendo referência aos eventos que se realizaram em Valença. Assim, diz fazer questão de separar as Festas do Concelho das restantes actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, uma vez que as primeiras são realizadas por gente de muita boa vontade, de voluntários que em sociedades como as nossas de hoje é muito difícil encontrar. Relativamente às actividades desenvolvidas sobre a responsabilidade da Câmara, nomeadamente a Expo, a Feira do Livro e a Valença Medieval, questiona se já foi feita a avaliação e se já chegaram à conclusão de quais os aspectos que eventualmente poderiam ser melhorados no futuro.

Intervém **Alberto Vilas** chamando a atenção para o quiosque digital da avenida Miguel Dantas que continua sem funcionar. Questiona sobre a actividade das empresas InterMinho e ValorMinho, nomeadamente sobre o seu movimento e desenvolvimento, já que considera que são empresas fundamentais para Valença. Pergunta também se na preparação do próximo orçamento do município está previsto a introdução da construção ou eventual arranjo de uma Pousada da Juventude. Considera esses espaços fundamentais para que a juventude se possa fixar na nossa terra por alguns dias. Relativamente à Comissão de Festas do Concelho, não questiona a boa vontade das pessoas envolvidas mas diz que o que estão em questão é o facto de ter sido fechado um espaço que era público.

Isabel Andrês, relativamente à informação escrita, solicitou esclarecimento sobre os processos em contencioso. Solicita informação mais pormenorizada sobre os processos 21, 22 e 23, ou seja, sobre as firmas Paviminho, Domingos da Silva Teixeira e Carlos José Fernandes, relativamente às obras em questão.

Armando Carvalho diz que a apreciação da informação escrita do presidente apesar das dificuldades do conteúdo mais técnico, tem sempre uma leitura política. Diz que este executivo se gaba sempre de estabilidade financeira o que, dadas as restrições orçamentais, é de registar com satisfação. Para tal efeito, concorreu o facto de a gestão dos investimentos se ter centrado, neste mandato e no anterior, em áreas pouco comprometedoras do equilíbrio a prazo, de forma a, por uma lado, não se sentir exageradamente pressionado com a necessidade de aumentar muito as receitas e, por outro, ir garantindo os encargos próprios nas empreitadas de requalificação, financiadas pelos diversos programas. A excepção estará porventura no sorvedouro financeiro em que se transformou a opção de concessionar a recolha dos lixos dos resíduos sólidos urbanos; no atraso no retorno dos investimentos feitos em infra-estruturas e planeamento do parque industrial e a necessidade de adiar o impacto eleitoral da aplicação de tarifas de saneamento, subvencionando este serviço com cerca de 360 mil euros anuais só para o tratamento de esgotos numa ETAR; na dívida de curto prazo que por agora se vai contendo, tenderá a aumentar se o executivo ou outro parecido persistir no modelo municipal de gestão da água, particularmente quando a rede em baixa for entregue à exploração privada e os encargos daí resultantes começarem a asfixiar a capacidade de endividamento a médio e longo prazo.

Diz que não se pode centrar o episódio da Dulce Pontes apenas nas capacidades e na boa fé da comissão de festas. Admira tudo o que é voluntário mas que uma coisa é ser voluntário e servir a comunidade, outra coisa é ser voluntário e acabar por prejudicar a comunidade. Considera que tudo tem direito à sua crítica, ninguém está acima dela e ele próprio não se exclui.

Quanto aos lixos, entende que a culpa é essencialmente da falta dum planeamento que faça com que as pessoas vejam que há condutas sociais aceitáveis para resolver este problema. Diz que faltam ecopontos por todo o concelho e considera que todas as grandes superfícies deveriam ter um.

Prosseguiu **Salustiano Faria** que a propósito da intervenção do senhor Lopes sobre os Bombeiros, diz que a campanha de angariação de fundos foi um êxito e que o mérito não foi da Câmara municipal porque não participou na campanha, foi de quem organizou, foi da direcção e dos diversos órgãos sociais, dos presidentes de junta e restantes autarcas que os acompanharam durante quase dois meses para que esta campanha tivesse o êxito que teve. Diz ainda não ter valores oficiais, mas tudo indica que ultrapasse os dezassete mil e quinhentos contos. Refere que o papel da Câmara se reduz apenas a um subsídio de seis mil contos para a aquisição de uma ambulância. Comenta ainda que nesta direcção cada subsidio entregue é aplicado apenas para o fim a que se destina, ao contrário daquilo que acontecia em direcções anteriores.

Sobre a Comissão de Festas diz que o deputado Armando Carvalho veio arrasar com o trabalho realizado pelos elementos da comissão que voluntariamente trabalharam para todos nós, mas, comenta, que estas decorreram tão bem que até o jornal “O Valenciano” não conseguiu falar mal delas. Por fim, sugere ao senhor Armando Carvalho arranjar uma equipa e assumir a presidência duma Comissão para as próximas festas do Concelho.

Segue-se o **Presidente da Câmara** que começa por dar resposta à questão do lixo colocada por Elisabete Viana. Assim, diz que apesar de tudo, a empresa responsável por este serviço melhorou em termos de desempenho e fiscalização. Essa empresa solicitou à Câmara a rescisão do contrato alegando que tinha prejuízo mas a câmara não aceitou porque o serviço é o mesmo do início, situação esta que poderá terminar apenas no tribunal. Diz que realmente o problema do lixo é também um problema de educação, nomeadamente educação ambiental, que por ser um problema geracional, acredita que melhore nas gerações futuras. Sobre a angariação de fundos para os Bombeiros felicita estes e agradece a colaboração dos presidentes de junta.

Sobre a questão da adega, diz que isto tem de partir das pessoas interessadas e que se houver uma iniciativa no concelho, a autarquia tem o dever de orientar, apoiar e encaminhar.

Em relação às escolas e ao apeadeiro, diz que a verdade é que a autarquia ainda não tem uma decisão sobre isto. Diz que poderia corresponder a solicitações espontâneas dentro de cada freguesia ou encontrar um modelo mais articulado, já que a entrega isolada poderá ter um resultado aquém do desejado. Diz defender uma ideia tipo “projecto integrado de uma rede museológica”. Uma forma de integrar diversos equipamentos num projecto e faz esta analogia com a questão das escolas. Diz que aqui a questão económica é importante e as candidaturas devem ser muito bem pensadas, caso contrário dificilmente se encontram financiamentos.

Sobre a questão da violência nocturna colocada por Manuel Temporão, mais precisamente sobre os bares, diz que a Câmara para aceitar ou não a abertura de mais um bar tem de ter enquadramento legal, não pode agir como acontecia antigamente. Diz ter conhecimento de alguma vigilância por parte da GNR e que tem falado algumas vezes com o comandante de Valença. No entanto, apesar dos contactos, o que tem sido dito é que Valença tem mais efectivos do que as outras fronteiras, questionando por isso se o problema estará na qualidade ou na quantidade de efectivos.

Em relação à intervenção do senhor João Dias, no que diz respeito aos passeios, diz que só após três ou quatro concursos é que conseguiu fazer a adjudicação por não concordar com os preços propostos.

Sobre a ecopista, explica que as ervas que nascem são das sementes que caem na ecopista, ou seja, não é de baixo para cima, elas caem e como o piso é poroso infiltram-se na terra. Sobre as águas residuais diz que a pessoa já foi notificada para resolver o problema, no entanto, essa mesma pessoa empurra a responsabilidade para a direcção das estradas. A última informação que tem aponta para que sejam águas pluviais e não residuais e neste caso terá de ser a Câmara a intervir.

Sobre os eventos da responsabilidade da autarquia diz que estão a ser avaliados de forma integrada e que já receberam algumas sugestões interessantes. Sobre a ExpoMinho diz que procurarão dar-lhe uma vertente mais de artesanato embora uma feira multisectorial seja mais fácil de realizar. Diz que para o próximo ano têm uma ideia diferente da Feira Medieval mas que ainda não está amadurecida, oportunamente anunciará.

Relativamente às questões colocadas por Alberto Vilas começa por dizer que irá mandar reparar o quiosque mas que outros projectos estão pensados e que não vale a pena estar a

investir agora numa coisa que em breve será alterada. Aproveita para dar uma explicação sobre o “Vale do Minho digital” e sobre a possibilidade de termos em Valença a rede digital de fibra óptica. Sobre as contas das empresas e instituições, diz ser habitual a entrega dos documentos no mês de Setembro, no entanto, como o senhor Nuno Felgueiras esteve doente e por isso serão apresentados em Dezembro. Continua as respostas ao senhor Vilas e diz que não defende o modelo das pausadas da juventude porque conhece casos de insucesso total, como por exemplo a pousada de Ponte de Lima. Defende os “Centros de Juventude” que além de poder alojar jovens por dois ou três dias também envolvem a comunidade local.

Sobre as questões colocadas por Isabel Andrez diz que os processos nºs. 21, 22 e 23, são casos que empresas de obras públicas levaram a tribunal porque a autarquia não concordou com os valores apresentados, sobretudo por trabalhos a mais.

Sobre a situação financeira da Câmara, questão levantada por Armando Carvalho, diz que há autarquias de dimensão semelhante à de Valença cuja dívida de curto prazo é três vezes a receita própria. Que a nova lei das finanças locais, traz uma novidade que vai levar ao sufoco de muitas autarquias que é o facto de agora as dívidas de curto prazo passarem a contar para a capacidade de endividamento.

Intervém **Armando Carvalho** dizendo, ainda sobre as Festas do Concelho, que o problema de pagar os cinco euros, para além do que já disse, é que há famílias numerosas e os cinco Euros convertem-se num valor não suportável para muitos. Em relação aos OGM’s diz concordar também com a intervenção do senhor Lopes, no entanto, o decreto-lei também fala na iniciativa municipal. Assim sendo, propõe ao executivo que meta as mãos ao trabalho e que contacte os senhores produtores agrícolas, no sentido de perceberem o que está aqui em jogo.

Proseguiu **Inês Ferreira** fazendo alguns comentários sobre a Feira Medieval. Assim, considera que o local escolhido para a realização do evento não foi o melhor, por falta de boa visibilidade e de boas condições de audição. Relembra que no passado foi feita uma Feira Medieval no Campo de Ténis, com bancada e que aí sim as pessoas conseguiram aperceber-se do espectáculo. Refere ainda que os produtos vendidos na feira não eram típicos da Idade Média, nem sequer da nossa região. Por fim, sugere que se aposte nas capacidades da gente da nossa terra e que em vez de trazer gente de fora, se envolvam os comerciantes neste tipo de evento. Relativamente à avaliação, mais precisamente sobre o trabalho do voluntariado e das associações, diz que havendo uma fatia de dinheiro público, estas deveriam fazer primeiro um orçamento e depois a respectiva avaliação. Deveriam ainda apresentar relatórios e até a própria factura que comprove a aplicação do subsídio.

Alberto Vilas, ainda relativamente às Pousadas da Juventude, faz a leitura de parte de uma entrevista publicada no Jornal Público do dia 13 de Agosto à presidente da Movijovem: “A expansão da rede nacional de pousadas da juventude para o interior do país pode passar por parcerias com as autarquias locais, no regime de franchising, disse ao PÚBLICO, Helena Alves, presidente da Movijovem. Há uma grande abertura e flexibilidade por parte da Movijovem para estudar soluções com as autarquias locais, diz Helena Alves, deixando a sugestão: Se houver alguma câmara do interior que acredite que tem as condições e meios para atrair jovens ao seu concelho, que nos contacte.” Termina a sua intervenção sugerindo o edifício dos correios para um equipamento deste tipo.

Proseguiu **Isabel Andrez** solicitando um pedido de esclarecimento sobre os pontos 21, 22 e 23 dos processos. Diz que já se apercebeu que se trata de trabalhos a mais mas questiona se há algumas obras em específico, ou se é apenas na generalidade de trabalhos a mais.

O **Salustiano Faria** recorda que antigamente as Festas do Concelho de Valença eram no jardim municipal e eram pagas. Pagava-se um primeiro bilhete para entrar no jardim, um segundo bilhete para se sentar nas cadeiras e um terceiro bilhete para apreciar um artista. Não diz isto por achar que estava correcto mas para demonstrar como era fácil arranjar dinheiro e consequentemente Comissões de Festas. Como agora a realidade é outra e as festas não são

pagas, é difícil encontrar quem se disponibilize para este tipo de iniciativas. Por tudo isto e por tudo que foi dito sobre as Festas deste ano, não acredita que a mesma Comissão de Festas queira organizar as festas do próximo ano.

O **Presidente da Câmara** sobre os OGM's refere não querer pronunciar-se sobre a matéria em si mas diz que recolheu alguma informação e o que está escrito é que não está provado cientificamente que isto seja prejudicial para a saúde. Diz que este processo deverá começar pela única associação de agricultores, presidida pelo senhor Manuel Lopes. Sugere que esta associação reúna, que discuta o problema e ele próprio estará disponível para ajudar dentro daquilo que o município possa fazer.

Sobre a intervenção de Inês Ferreira diz que as Feiras Medievais estão a ser vulgarizadas, todos os concelhos promovem uma e que não vale a pena tentar concorrer com Santa Maria da Feira que ao contrário de Valença, é um espaço, efectivamente Medieval. Considera que Valença deve ter um evento de carácter cultural e promocional ligado à fortaleza, que se adequa plenamente à realidade da fortaleza e que seja um evento para fazer parte de um roteiro nacional. Diz já ter alguma coisa pensada mas que na devida altura comunicará.

Sobre a Pousada da Juventude refere que quando é um Secretário de Estado ou um Ministro a dar orientações em público e por escrito, assume-as como estratégicas orientadoras e os centros de juventude é um conceito que a actual Secretaria de Estado começou a desenvolver no ano passado e com o qual concorda. Sobre o espaço para este equipamento, ainda nada está decidido. Não descarta a hipótese do edifício dos correios, considera-o um dos mais bonitos dentro da vila, no entanto sobre este edifício também ainda nada foi decidido nem quais os valores que pedem por ele.

Quanto à questão dos processos colocada por Isabel Andrez, diz que são exclusivamente de trabalhos a mais. O da Paviminho trata-se de uma adjudicação feita dentro de uma determinada circunstância mas com uma necessidade posterior de refazer o projecto.

O **Presidente da Mesa** interrompeu os trabalhos para um curto intervalo de 5 minutos. Foram retomados com o

7º Ponto

Apreciação da Proposta lei das Finanças Locais. Tomada de posição pelo Órgão Deliberativo do Município de Valença.

Iniciou este ponto o **Presidente da Câmara** explicando que este diploma se reveste de especial importância e que por isso seria importante um debate rico para que seja tomada uma posição, se possível, por unanimidade, para lhe dar mais força no congresso extraordinário da ANMP. Diz que há uma discordância de projecções e de valores, entre a ANMP e o Governo, e se se confirmar as projecções da ANMP, considera que todos os municípios devem ter uma posição radical contra. Com a ressalva da diferença entre os números da ANMP e os números do Governo, que está por esclarecer. Considera esta uma má lei porque já para o próximo ano Valença terá menos 2,5% de transferências do orçamento de estado e porque tem um mecanismo de correcção temporário, para 2009 está previsto perder 14,5% das transferências. Cumulativamente, diz estar a falar em qualquer coisa como cento e cinquenta mil contos em moeda antiga e isto tem claramente impacto no futuro do município. Refere que Vila Nova de Cerveira irá perder 46%, que Caminha vai perder 55%, o que significa o mesmo que fechar a porta e ir embora. Ainda na vertente financeira, está a capacidade de endividamento. Aqui diz concordar com o facto de as dívidas de curto prazo contarem para a capacidade de endividamento. Explica que ANMP, face a esta nova Lei, diz que há 220 municípios num total de 308 que já ultrapassa a capacidade de endividamento e o governo vem dizer que só são 70. Considera que a confirmar-se as 220, isto será um caos. Refere que alguns municípios não terão dinheiro nem para pagar salários. Diz que Valença não terá este problema e que continuará a ter capacidade de endividamento. No entanto não sabe como será para pagar a logística ligada às escolas, os lares e centros de dia, os centros de saúde, a segurança, todas estas questões que já se vão falando e que não haverá capacidade para isto. Acredita que de uma forma encapotada se

está a preparar terreno para a regionalização, isto porque para se fazer uma nova configuração político administrativa é necessário reorganizar competências e meios financeiros e isto é um começo indispensável. Diz concordar com a regionalização mas que não está é a concordar com o método escolhido, nomeadamente a falta de honestidade ao preparar a regionalização, negando que o estão a fazer.

Segue-se **Armando Carvalho** dizendo que a CDU foi a primeira força política a trazer a esta Assembleia a questão da pretensão do Governo em colocar ao dispor das autarquias, a possibilidade de dar 2,5% de IRS aos seus municípios. Em relação à lei das finanças locais subscreve completamente o que diz o senhor presidente no que diz respeito à intenção da regionalização. Subscreve a arquitectura do raciocínio, não subscreve inteiramente o seu conteúdo, por considerar que isto mais do que preparar uma regionalização parece que é para a boicotar. Diz isto porque não há hipótese nenhuma de criar uma dinâmica lógica de pensamento, em que se chega à conclusão que alterando os sistemas tradicionais de adjudicação de obra e pondo pendente do acordo de três Ministros do Governo Central, se vai fazer uma regionalização. Considera que este projecto está armadilhado porque induz no município a ideia de que por trás disto está um princípio de subsidiariedade em que uns pagam para os outros e portanto devem aceitar em nome da coesão nacional e de uma correcta distribuição das transferências. Lembra que paralelamente a todo este processo de avaliação das finanças locais, o PCP também apresentou um projecto de lei das finanças locais em que eleva as transferências para os municípios a 33%. No entanto, foi um dos primeiros partidos a “levantar a lebre” da regionalização. Conclui, se pensarmos nisto como a preparação da regionalização, então teremos que concluir que, sendo imperativo da preparação da regionalização a contenção da capacidade de endividamento e uma forte diminuição da soberania do Poder Local, então o PC está a fazer tudo ao contrário, o que não lhe parece que assim seja.

Seguiu-se **Santos Silva** com a seguinte intervenção: “Concedida pelo poder régio, o desenvolvimento das regiões pertenceu sempre aos autarcas. O debate entre os adeptos da centralização e da regionalização verificou-se principalmente no século XIX. Alexandre Herculano, por exemplo, defendia a criação de uma organização social baseada nos municípios, tais eram as virtualidades que nele encontraram. Senhor Presidente da Câmara, eu também estou de acordo consigo, mas eu vou mais além, numa altura em que é já mais do que tempo de cumprir a constituição, na minha modesta interpretação do seu artigo 257, o Estado neste momento devia desempenhar o papel das ainda não existentes regiões administrativas, a quem serão atribuídas e cito, designadamente a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção de municípios no respeito da autonomia destes, e sem limitação dos respectivos poderes. Por isso, fiquei muito preocupado com o texto do preâmbulo da proposta de lei da responsabilidade do governo do PS, quando num simples parágrafo, o processo de transferências de competências para os municípios e freguesias, concretizando o princípio da descentralização, é um importante instrumento de redução da despesa pública, com importantes aplicações no plano financeiro decorrentes da operacionalidade do princípio da subsidiariedade. Sem retirar do contexto a frase, importante instrumento da redução da despesa pública, é verdadeiramente assassina, porque submete todo o trabalho das autarquias a uma mera visão economicista propiciadora do mau fadado abaixamento do défice, mais grave, a transferência de competências faz-se, o que não se faz ou não se deixa obter, é transferência das verbas necessárias para levar a cabo a realização das tais novas competências. É por isso muito preocupante ver o verdadeiro atentado à autonomia do Poder Local, que este governo socialista se preparava, e digo preparava porque espero que a proposta não se torne letra de lei, para impor sem diálogo e sem verdade, quando tenta desvalorizar os estudos e os pareceres que foram tornados públicos pela ANMP. E não me venham acenar com a bandeira justificadora de tal proposta que todos os autarcas são gastadores, corruptos e estão nas mãos dos empreiteiros ou da máfia do futebol. Julguem e condenem os prevaricadores, mas não transformem os casos de polícia em casos de política. Podia pôr-se a hipótese de a ANMP estar a ser tratada desta forma pelo facto do senhor presidente ser do PSD, mas estão os autarcas socialistas de acordo com a proposta? Creio bem que não, apesar de ver já situações de branqueamento do problema com

mudanças radicais de posição, de que é exemplo a associação nacional dos 105 autarcas socialistas. Rui Soalheiro que em pouco tempo passou de, e cito: uma das mais encarniçadas vozes contra a lei das finanças locais, segundo a Visão, para um convencido pelo discurso do Governo como se não fosse na mesma importante, que sejam setenta municípios em vez de duzentos e cinco, os que vão recorrer ao crédito para poderem desenvolver os seus programas de acção. Agora o que eu me pergunto a mim mesmo, é como é que o porta-voz do PS nesta Assembleia sempre tão pronto a louvar, justificar as medidas do governo de José Sócrates, vai descalçar esta bota que está ao nível das célebres botas do ditador Salazar no ódio que ele tinha ao Poder Local, mera correia de transmissão das suas vontades.”

José Nogueira refere que o Governo lançou a proposta de lei das finanças locais, dentro das profundas reformas legislativas que vem levando a cabo. Diz que esta proposta vem merecendo críticas de todos os quadrantes políticos e até da própria ANMP. Refere que há quem diga que se perdeu uma oportunidade para ser uma efectiva reforma das finanças locais, há quem diga que o Estado exige mais da Administração Local do que da Central, há quem lance previsões catastróficas dos resultados de aplicação da proposta, há quem detecte diversas ilegalidades e inconstitucionalidades, há quem diga que o preâmbulo só surge por engano nesse diploma... Considera que por vezes é necessário tomar decisões difíceis, há que reduzir o défice em 3% e isto implica também o cumprimento dos deveres de solidariedade institucional e dos princípios de cooperação da proporcionalidade na repartição dos sacrifícios. Diz que a visão unilateral negativa que nos é proporcionada pela leitura da documentação publicada no site e em diversos órgãos da comunicação social e ainda em artigos de opinião, aparece refutada por departamentos de responsáveis ministeriais e deputados da bancada da maioria. Por exemplo, o deputado Luís Pita Ameixa, em artigo de opinião publicado na acção socialista diz (faz a leitura): *“Assembleia da República vai debruçar-se sobre uma profunda alteração das finanças locais proposta pelo governo do Partido Socialista.*

A proposta de uma nova Lei do Regime Financeiro dos Municípios e das Freguesias comporta, entre várias novidades, a criação de um novo fundo municipal - o Fundo Social Municipal.

A criação deste novo Fundo insere-se num esquema de concepção legal de um quadro financeiro autárquico dinâmico. Isto é, a Lei das Finanças Locais não só tratará de prover as autarquias dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das suas atribuições e competências presentes, como também, logo de as garantir dos recursos adequados ao exercício de novas atribuições e competências que, futuramente, forem sendo transferidas.

Este conceito é plasmado como princípio geral da nova lei, sob a designação de princípio da coerência, (artº 2º). Deve haver coerência, conformidade, harmonia, adequação entre o quadro de atribuições e competências actual e os meios para o seu desempenho e, de igual modo, são logo previstas e legisladas as regras a assegurarão o apropriado financiamento de novas responsabilidades que venham a ser sucessivamente entregues às autarquias locais.

A lei garantirá que a transferência de atribuições é acompanhada de recursos financeiros e do património adequado ao desempenho da função transferida (artº 52º, nº3).

Ora, esta dimensão futurista, em matérias sociais, é assegurada, justamente, pelo Fundo Social Municipal (FSM), o qual equivale a uma subvenção cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios.

Nos domínios das funções sociais, a que assim se atribui especial ênfase, os municípios vêem ficar estatuído um quadro legal de financiamento para novas competências, as quais são já apontadas, em especial, no que toca à educação, à saúde e à acção social, sem fechar a porta a outras áreas sociais.

Além deste caso adiantado do Fundo Social Municipal, a nova lei estabelece outras formas de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, que devem obedecer ao princípio da subsidiariedade, ou seja, serão efectuadas para a autarquia (município ou freguesia) que se mostre mais adequada para a exercer.

Serão estabelecidos programas plurianuais de transferências e o seu financiamento constará do Orçamento de Estado e, quando não se trate de competências sociais (já cobertas

pelo FSM), darão lugar a correspondentes aumentos ao FEF, (Fundo de Equilíbrio Financeiro) destinado aos municípios, ou aumentos do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias).

A proposta de lei não descarta a possibilidade de serem transferidas competências por lei avulsa, se assim se justificar. Porém, tal terá de assumir um carácter transitório e respeitar o princípio da coerência, com o acompanhamento dos recursos necessários ao seu exercício, e, bem assim, posterior integração no programa plurianual de transferências.

Em 2007, como ano de arranque, o FSM corresponderá apenas às competências em matéria de educação actualmente já na responsabilidade dos municípios, alargando-se a partir de 2008.

Termina a sua intervenção dizendo que, uma vez que quase todos são concordantes em dizer mal da posição do governo, procurou trazer à Assembleia uma opinião discordante. A título de conclusão, diz que o grupo municipal do PS rejeita e sempre rejeitará calar-se, por questões de fidelidade ou de simpatia política e lutará, se necessário sozinho e ao contrário de outros, para que Valença e os Valencianos não sejam discriminados e para que a nossa autarquia e todas as demais possam estar dotadas dos meios financeiros mínimos indispensáveis à persecução das suas relações e actividades.

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que independentemente do partido que estivesse no poder ele teria a mesma posição face a esta nova Lei, claro está, se forem os cálculos da ANMP os correctos. Diz que a maior parte não gosta do Poder Local e que os dois maiores partidos são também os mais centralistas. Diz que em Lisboa gostam de ter tudo controlado e que não gostam que se faça nada longe deles, querem controlar tudo, influenciar as decisões. Diz estar preocupado porque é um problema que vai surgir a curto prazo porque, para o próximo ano, o nosso orçamento já tem por base esta Lei. Preocupado também com o futuro porque há coisas básicas a que o cidadão está habituado e que as autarquias vão deixar de suportar. Refere ainda que esta nova Lei prevê ainda que municípios com receitas per capita superiores a um determinado valor terão de abdicar de fundos para transferir para outros municípios mais pobres. Diz que o princípio está correcto mas que no distrito de Viana só Valença e Caminha é que perdem e que realmente e infelizmente, há dinheiro que depois é simplesmente “gasto” em vez de ser investido. Termina reforçando mais uma vez que esta sua posição acautelada é apenas face aos dados lançados pela ANMP e se forem confirmados.

Seguiu-se **Santos Silva** referindo que não lê o “acção socialista”, para ter acesso às palavras do senhor deputado que louva uma proposta destas. Ainda que o Dr. Nogueira possa duvidar da ANMP, acredita que a *Dalotte* não se arriscaria a ficar mal no retrato com estudos mal feitos. Diz que as autarquias vão-se ver obrigadas a aumentar as suas taxas de cobrança e que isto é uma forma encapotada do governo cumprir com a sua palavra, quando diz que não aumenta os impostos, “atira a chuva para o capote do lado”, é uma forma de extorquir mais dinheiro aos cidadão. Termina a sua intervenção dizendo que com esta lei das Finanças Locais, não conseguiremos de certeza arranjar autarcas que queiram trabalhar para as suas comunidades, nunca mais.

Intervém **José Nogueira** referindo: “As dúvidas que se me suscitam e eu tive o cuidado de ler que funcionou como contraponto daquilo que vem dito no site da ANMP, e se me pergunta a minha opinião particular, não vinculando o grupo, eu digo que concordo integralmente com o parecer do Dr. Marcelo de Sousa, deixa-me muitas dúvidas os outros pareceres que lá estão, para mim também as inconstitucionalidades que ele menciona, para mim não existem, aliás o senhor presidente da câmara, o próprio Dr. Santos Silva aqui também referiu da intromissão do Poder Central dentro do Poder Local, mas essas inconstitucionalidades como sabe podem ser supridas às vezes, com outra redacção, com outro texto mantêm-se o espírito e daí que eu tenha querido ir ao fundo. E o que a mim me levou a ler este texto, não só porque em contra pólo que encontramos no site, foi aqui estes fundos que eu referi, o Fundo Social Municipal a possibilidades da dotação ou das transferências da Administração Central para a Administração Local com a correlativa transferência de competências em âmbitos que

ainda não nos cabem, que me deixam na dúvida e que possivelmente inviabiliza quaisquer contas que me deixa na dúvida, se efectivamente as autarquias vão ou não ser desfavorecidas com esta lei. Eu disse claramente, que o Governo indirectamente também é avaliado pelos eleitores, diga-me qual é o Governo a não que tenha errado uma situação económica extrema, e este Governo nunca disse porque é que herdou essa situação, não anda a fazer referências ao passado, faz referências ao futuro, é por isso que eu lhe digo que não sei, como o senhor presidente aqui também levantou as dúvidas e diz-me o estudo da Deloitte and Touch, eu não sou economista, sou jurista, mas também sei como é que se fazem os estudos de opinião. Os números são passíveis de diferentes leituras e são passíveis de ser afectadas em função daquilo que nós queremos dizer, não estou a dizer que a Deloitte and Touch que tenha efectuado mal o estudo, o que não me parece é que tenha levado em causa estes novos fundos, estas novas transferências do Governo, que poderá vir atribuir uma vez que ninguém sabe quais são essas funções. Numa situação de especial cautela, julgo eu que efectivamente a proposta do senhor presidente da câmara ao reafirmar, a confirmarem-se os números, pois é evidente que nós teremos que rejeitar a proposta para o município de Valença.”

O **Presidente da Mesa** sugere, após ter ocorrido o debate sobre a Lei das Finanças Locais, e uma vez que não podemos votar a Lei porque não é da nossa competência, mas procurando registar o sentimento nuclear das intervenções, que seja votada uma deliberação com o seguinte texto:

A Assembleia Municipal de Valença, hoje reunida em sessão plenária, de cuja “ordem de trabalhos” consta, no ponto nº.7, a “Apreciação da Proposta de Lei das Finanças Locais - Tomada de posição pelo órgão deliberativo do município de Valença”, debateu circunstanciadamente o tema e deliberou, por unanimidade, assumir a seguinte posição:

A confirmar-se o rigor da análise e dos números apresentados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) relativamente à Proposta de Lei das Finanças Locais que o Governo vai apresentar à Assembleia da República, o município de Valença evidencia a sua profunda preocupação em torno da problemática em causa e, ao mesmo tempo que deseja que o diálogo institucional seja intenso e conduza ainda ao equilíbrio das pretensões da Administração Central e das do Poder Local, reafirma-se no inabalável propósito de tudo fazer para defender a manutenção da sua autonomia e de uma capacidade financeira capaz de dar adequada resposta aos anseios e necessidades das populações que representa.

Assim, e reiterando a hipótese de que se confirmem a análise e projecções da ANMP, a Assembleia Municipal de Valença rejeita inequivocamente aquela proposta do Governo.

Paços do Concelho de Valença, 29 de Setembro de 2006
O Presidente da Assembleia Municipal

Santos Silva referiu que gostaria de ver inserido nesse projecto o facto de, desde o início, haver uma rejeição unânime à proposta.

Armando Carvalho intervém para dizer que concorda com o deputado Santos Silva e que realmente tem de ficar escrito no documento que repudiamos frontalmente o projecto de lei das Finanças Locais, caso se verifiquem as contas de forma significativa.

O **Presidente da Câmara** explica que realmente faz questão dessa ressalva porque se mais tarde se vier provar que estas contas estão erradas e que Valença até vai ser beneficiada, então a postura seria outra. Diz que não faria sentido votar negativamente uma Lei que poderia beneficiar Valença. Diz ainda que realmente há outras questões que poderiam ser discutidas, como a questão dos empréstimos passar por três ministros, ou também a perda de autonomia mas que a questão fundamental é a perda de capacidade económica. Ainda sem certezas,

acredita que as projecções tenham sido feitas com base nas contas de 2004 porque ainda não estão disponíveis as contas de 2005 e que isto não é apenas um pormenor já que 2005 foi ano de eleições. Refere mais uma vez que é melhor não correr riscos de “ficar mal na fotografia” e aguardar a confirmação dos dados porque realmente a diferença dos valores entre a ANMP e o Governo é muito grande.

Intervém **José Nogueira** referindo que da sua intervenção decorre aquilo que o senhor presidente da câmara acabou de dizer, ou seja, a confirmarem-se os números da ANMP, rejeitam frontal e inequivocamente, esta lei, mas sempre com esta ressalva.

Seguiu-se o **Presidente da Mesa** concordando com aquilo que foi dito, ou seja, que falta a força dessa posição. Assim sendo, faz a leitura do texto final, questionando a Assembleia sobre a possibilidade de alteração deste, com o texto seguinte : “reiterando a hipótese que se confirma a análise e projecções da ANMP, a Assembleia Municipal de Valença rejeita inequivocamente aquela proposta do Governo.

Santos Silva diz que tudo se condiciona aos números quando, no seu ponto de vista, o mais importante é a perda da autonomia do Poder Local.

Intervém novamente o **Presidente da Mesa** referindo que tudo se fará para manter a nossa autonomia. Diz que no calor do debate até pode transparecer que a nossa preocupação é apenas economicista, mas que não o é. Considera que falando de autonomia e falando nos anseios e necessidades das populações que representamos, acredita que esse factor está aí também evidenciado.

Armando Carvalho diz que, mesmo que a Lei não nos favoreça, nós temos de pensar em termos de coesão e solidariedade nacional e considera exagerado condicionar tudo ao plano frio dos números. Sugere que este ponto passe para a parte de tarde de modo a aproveitar o período de almoço para a redacção de outros possíveis textos.

O **Presidente da Mesa** considera pouco elegante por parte da Assembleia aprovar este ponto na ausência do Presidente, quando este pediu para que se antecipasse por não poder estar presente da parte de tarde.

Segue-se **José Nogueira** referindo que é evidente que se cada município lutar egoisticamente pelos seus fins, não se consegue nada contra o Governo Central. Daí que a tomada de posição pela ANMP, seja determinante, ou não, uma vez que o Governo ou a Assembleia da República tem a “faca e o queijo na mão”, com a possível interferência do Presidente da República, se se encontrar alguma inconstitucionalidade. Diz ainda que este é fundamentalmente um problema económico quer queiramos quer não. Valença já está no grupo dos concelhos mais penalizados e entende que é decisivo que esta Assembleia vote em bloco, vote por unanimidade esta proposta de decisão, pondo de parte uma ou outra palavra, algum preciosismo menos relevante.

Seguiu-se a votação, e num universo de 35 votantes, foi **aprovado por unanimidade**.

O **Presidente da Mesa** quando eram 13h30m **interrompeu os trabalhos** para período de almoço. Os mesmos foram retomados pelas 15h00 com o

2º Ponto

Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO Nº.I)

Iniciou este período o deputado **Armando Carvalho** que diz “Abordando a taxa de imposto municipal sobre imóveis, a recente notícia sobre este assunto publicada no Jornal de

Notícias, causou-nos perplexidade quer pelo tom de propaganda inútil, quer pelas várias incorrecções, para não dizer outra coisa, nele contidos. De imediato foi enviado um sms para a redacção daquele diário, onde me identificava como membro da Assembleia Municipal de Valença, na tentativa de por os pontos nos “is”, claro está que não surtiu efeito algum. É que logo abrir é dito que o executivo propôs à Assembleia Municipal baixar a taxa do IMI para o próximo ano, o que naquela data era falso, uma vez que esta sessão da Assembleia nem sequer estava marcada, mas vamos admitir que foi um erro de interpretação da senhora jornalista. Seguidamente diz que os prédios já avaliados, passarão a ser tributados pela taxa mínima de 0,2%, para serem um sinal de incentivo e estímulo à economia local, com benefícios claros, sobretudo para as famílias, nem mais, estamos completamente de acordo é que foi a CDU quem mencionou tal proposta na sessão extraordinária de 21 de Novembro de 2005, sem que tenha conseguido alterar a posição do senhor presidente, que afirmou que a decisão de manter a taxa em 0,3% era uma opção política. Agora pelos vistos já é opção económica, tal como eu relevei na altura, já tem cabimento o estímulo que então referi, dando como exemplo Viana do Castelo para recuperação de prédios degradados. A propósito de prédios degradados, convinha que esclarecesse esta Assembleia quanto á intenção que então manifestou, de fazer o respectivo levantamento este ano, se fez, se não fez, se há resultados que possam ser conhecidos?! No fundo, quem fica a ganhar são os proprietários dos prédios não avaliados, que vem a tributação sobre o seu património baixar mais significativamente que os outros, uma vez que passam de 0,8% para 0,6%, o que é uma injustiça, porque essa é uma opção em nada contribui para os fins propostos, os fins propostos são os mesmos que eu enumerei na reunião de 21 de Novembro de 2005, que teve um certo acolhimento por parte do senhor presidente mas que não teve continuação por motivo de não haver um registo cadastral dos prédios degradados e que se traduz também, não só nos prédios degradados e por isso é que embora vá votar favoravelmente esta proposta, porque de qualquer maneira sempre significa uma diminuição de imposto para os prédios já avaliados, é que baixar a taxa do IMI para os prédios não avaliados e pensando nos prédios degradados e nesses autênticos palacetes montados em cima de cortes, que não estão avaliados e que vão passar a pagar menos do que pagavam no ano passado, para nós é factor de injustiça social.”

Seguiu-se **Manuel Lopes** que diz aplaudir a tomada de posição da Câmara Municipal, embora que tardiamente, relativamente ao IMI. Sobre este assunto, faz a leitura de algumas intervenções, nomeadamente dele próprio, do Presidente e do Dr. Nogueira, na acta 29/12/2003, considerando agora, que já nessa altura tinha razão. Refere que o art. 45 do Estatuto dos Benefícios Fiscais revela ser uma injustiça. Diz que uma pessoa singular cujo rendimento anual bruto seja inferior a 10.850,20 Euros e cujo valor patrimonial não exceda 54.026,00Euros está isento de IMI. Considera isto grave porque se inclui aqui muita gente que até pode pagar e assim deixa de o fazer. Deixa uma proposta: reduzir já no próximo Orçamento a taxa de IRS; reduzindo 2%, poderia haver um maior abrangimento e aqueles que tem rendimentos declarados seriam contemplados e beneficiados com uma redução real, já que a redução do IMI não é real, porque os que deveriam pagar continuam sem o fazer.

Intervém **José Nogueira** dizendo que o Grupo Municipal do PS se congratula com a baixa das taxas do IMI para o ano de 2007 o que revela que o Executivo Municipal procura incentivar e estimular a economia do concelho. Diz que esta medida revela ainda que há controlo e disponibilidade financeira por parte da autarquia para poder abdicar de tais receitas em prol dos proprietários, a maior parte deles a contas com o pagamento de empréstimos bancários, com taxas diferentes das que os levaram a investir inicialmente. Refere que são sinais como estes ou como a inexistência da taxação do lixo doméstico (caso raro neste país), que geram a confiança entre eleitores e eleitos; que é com políticas como estas, com critérios de razoabilidade, proporcionalidade e adequação, que se atrai investimentos e que se fixa a população. Relativamente à intervenção do Sr. Lopes diz que na altura também falou nestes princípios e que ainda não se sabia o valor que estes impostos iriam gerar e que esta medida tomada agora se deve à saúde financeira que entretanto o Município adquiriu. Assim, atendendo aos mesmos princípios e se nesta data há possibilidade de tomar esta medida, isto vem

beneficiar os muitos proprietário que são no fundo falsos proprietários, já que efectuaram empréstimos para comprar uma casa, andam a paga-la durante anos e com os spreads bancários a aumentar, acrescentando a tudo isto a luz, a água e os condomínios. Assim, se a câmara tem a possibilidade de baixar este imposto, é de louvar ainda mais por não se tratar de uma manobra em vésperas de eleições.

O **Vice-Presidente da Câmara**, Dr. Fernando Rodrigues, relativamente à intervenção do senhor deputado Armando Carvalho, diz que o importante é que a medida seja aprovada. Em relação à intervenção do senhor Lopes diz não querer antecipar-se ao Presidente da Câmara, mas que este está a pensar realmente em proceder à baixa da taxa do IRS, medida que anunciará oportunamente. Diz também que esta medida surge numa altura em que o município de Valença está num forte surto de crescimento, que surge também porque a saúde da autarquia é boa e porque é uma medida que irá beneficiar a maior parte dos Valencianos.

Intervém **Armando Carvalho** que sobre a redução do IRS diz que passamos uma boa parte da manhã a aprovar um documento contra a nova aplicação ou projecto da nova lei das finanças locais, em que esta medida do IRS é das mais gravosas. O Governo deixa-nos dar o IRS, dá-nos a possibilidade de devolver 2,5% de IRS aos nossos municípios, na condição de nos tirar a nós, mais do que os 2,5%, porque o total das transferências em vez de ser o total das três receitas de captação, IRS, IRC e o Imposto sobre veículos, passa a ser 25% da média aritmética. Se chegarmos a este ponto de ter a possibilidade de devolver os 2,5%, é porque a lei das finanças locais foi aprovada. Desabafa dizendo que não percebe como de manhã se diz uma coisa e à tarde já se diz outra.

Seguiu-se **Manuel Lopes** referindo não estar de acordo com o que disse o senhor Armando Carvalho, até porque a redução da taxa de IRS era uma injustiça para quem paga, porque aqueles que pagam, tem os seus rendimentos declarados, não podem fugir com nada. Em profissões liberais fogem o mais que podem e aí sim, há maneira de se repor justiça, reduzindo a taxa de IRS.

Usa da palavra **José Nogueira** para dizer que nunca neste concelho se pagou taxa de lixo doméstico e que nos concelhos vizinhos e no resto do país este imposto é aplicado em quase 80% a 90% é dos casos. Houve sempre a preocupação deste executivo em dar esta regalia. Quanto a parte da baixa do IRS considera que deverá ser colocada só em momento mais oportuno

Seguiu-se a votação que, num universo de 31 votantes (não estavam presentes os membros Lígia Pereira, José Manuel Veríssimo, José Manuel Temporão, Manuel Lima e Isabel Andrez), foi **aprovado por unanimidade**.

3º Ponto

Regulamento das Taxas e Licenças em vigor no Município de Valença – Regulamento da Publicidade em vigor no Município de Valença – alterações. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO N.º.II)

O **Presidente da Mesa** recordou que na documentação que foi distribuída, na página nº3, art.º 4º, Renovação nº1, onde se lê alínea c) e d), leia-se a) e b), porque é uma gralha.

Seguiu-se **Armando Carvalho** referindo que a leitura da certidão lhe suscitou uma dúvida. Assim, pergunta se os comerciantes deverão rectificar a licença para exposição no fim do ano civil ou ao fim de um ano de a ter pedido.

Intervém o **Presidente da Mesa** dando o seguinte esclarecimento: “Esta situação resulta do facto de que grande parte dos comerciantes não terem, no prazo regulamentar, efectuado o

pagamento da respectiva taxa da licença. O regulamento em vigor previa agravamentos, consoante o tempo a mais que demorassem a fazer esse pagamento, mas verifica-se que mesmo assim, a quantidade dos que ainda não pagaram nos prazos previstos no regulamento ainda é significativo, o executivo e a meu ver muito bem, decidi prorrogar esse prazo, mas por uma questão de justiça relativa os acréscimos ou as penalizações percentuais em vigor no anterior regulamento. Para aquelas pessoas que pagarem dentro do prazo ou fora dos prazos previstos no regulamento anterior e cuja majoração chegava a 50%, abre agora com a majoração penalizadora de 75%. Quanto á vigência da licença, penso que as licenças neste caso são anuais e faz até todo o sentido, porque o que está em causa é a dilatação de um prazo para pagamento com a penalização correspondente.”

Armando Carvalho agradece mas diz que ainda não ficou completamente esclarecido porque a interpretação que faz do que está escrito é que, se uma pessoa tirar uma licença em Junho e que deveria ser válida durante um ano e por isso até Junho do ano seguinte, desta forma essa licença só é válida até ao final do ano civil em que é emitida. Não percebe também como é que a câmara vai notificar essas pessoas em Janeiro ou Fevereiro para proceder à rectificação, que só iria acontecer meses depois. Diz que se assim for não concorda e que não sabe o que terá levado os comerciantes, de um momento para o outro, deixarem de fazer o pagamento. Pensa não estar muito longe da verdade se disser que há comerciantes que não estão contentes com a abordagem que a Câmara Municipal lhes faz, em relação a pequenos pormenores de licenciamento.

Seguiu-se o deputado **José Nogueira** referindo que em 2005, relativamente à Coroada, houve uma suspensão do pagamento, em virtude das obras. Possivelmente terá levado a alguns esquecimentos e, se calhar, era hábito da câmara telefonar às próprias pessoas sempre que terminava uma licença, agora o valor destas taxas não justificam o valor do telefonema e o agravamento destas multas também em termos pecuniários pouco ou nada seriam significativos. Quanto ao artº16º, diz que a leitura q faz, é apenas no caso de exceder um ano, só neste caso é que se contabilizará e com certeza que se cobrará o correspondente até ao final do ano e a partir daí passará a vigorar. Relativamente ao que se entende sobre esta matéria, sobre estes dois regulamentos, consideram (falando pelo grupo), que bem andou o executivo municipal ao propor por unanimidade a esta Assembleia a adopção destas alterações, ganham os comerciantes, industriais, com o evitar de novos, mais dispendiosos e mais demorados procedimentos administrativos, porque uma vez que tinham caducado, teriam que recomeçar tudo de novo a obter toda a documentação para pedirem esta licença de publicidade.

O **Vice-presidente** disse que: “Relativamente ao nº5, do artº4º, é uma norma excepcional apenas para o período de 2006. Sobre taxa, que esta não é mais que criar um elemento de justiça na medida em que houve muita gente que pagou atempadamente, portanto seria da mais elementar justiça introduzir aqui um factor que tivesse esta sanção.”

Procedeu-se à votação que, num universo de 31 votantes, registou-se 2 abstenções (Alberto Reis e Armando Carvalho). Foi **aprovado por maioria**.

Registou-se a **declaração de voto**, do membro **Alberto Reis**: “A minha abstenção prende-se com o facto de me ter apercebido agora, muito em cima da hora, que no final do ano de 2006 estamos nós e portanto, caso tivesse sido eu um dos comerciantes que manteve a esplanada durante estes 10 meses, poderia neste momento levantá-la e em Janeiro de 2007 fazer tranquilamente o meu pedido de manutenção e esplanada. Quer-me parecer que haverá alguma descalendarização nessa proposta, mas a intenção é boa.”

4º Ponto

Regulamento das Actividades Previstas no Dec.-Lei nº.264/2002, de 25 de Novembro, e no Dec.-Lei nº.310/2002, de 18 de Dezembro – alteração. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO N.º.III)

Iniciou este ponto o deputado **José Nogueira** referindo que “na hierarquia das fontes de direito são os regulamentos que ocupam a posição mais baixa do sistema legal, ou uma das posições mais baixas. Assim não podem violar a constituição e a lei, com o direito que vivemos impõem-se seja como proposto revogar o artigo 15º do regulamento das actividades previstas no Dec.-Lei 264/2002, de 25 de Novembro e no Dec.-Lei 310/2002 de 18 de Dezembro, que aqui no que concebe na actividade de guarda-nocturno. No futuro, no direito a constituir, no direito a vigiar, até por se tratar de uma actividade que envolve graves e grandes riscos, tudo leva a crer que esta Assembleia será chamada a repor esta norma em vigor e que agora é proposta a revogar. No entanto, a presente e atenta à reserva legislativa, há quem lhe chame coutada, que vem assinalada no officio circular nº.20/06 de DGJ, cabe proceder à revogação do dito artigo 15º.”

Seguiu-se a votação que, num universo de 31 votantes, registou 1 abstenção (Armando Carvalho). Foi **aprovado por maioria**.

5º Ponto

Contracção dum Empréstimo de 798.500,00€. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO N.º.IV)

Armando Carvalho disse que este empréstimo de 798.500,00€, é um empréstimo a médio e longo prazo, está no endividamento elegível, serve para financiar escolas e outras estruturas. Termina a sua intervenção dizendo que espera que a nova lei das finanças locais, a ser aprovada, não venha estragar os planos para a execução deste tipo de actividades.

José Veríssimo faz a seguinte intervenção: “Afirmar que a escola e o sistema educativo vivem momentos conturbados, passou a ser redundante, o tumulto está aí aos olhos de quem o quiser ver e é composto de muitos e variados elementos que percorrem todo o aspecto da crise como desconfiança, desorientação, descrença e desânimo. Quem prestar atenção, talvez também depare com afloramentos mais ou menos dissimulados de ingénuos optimismos, pesado cepticismo e óbvios oportunismos, nomeadamente o daqueles que sempre desejaram a desresponsabilização do Estado. Em relação à escola pública, era aquilo que ia acrescentar quando falei do senhor deputado Carvalho, com a transferência de muitas das competências para as autarquias, nomeadamente dos transportes escolares, das actividades extracurriculares e agora aproveitam para fazer passar as suas teses através do atalho aberto pelo clamor e pela confusão generalizados. Tive a oportunidade de dizer em reunião anterior da Assembleia, que os custos destas medidas, o encerramento das escolas, reordenamento escolar, actividades de enriquecimento curricular, transportes escolares, são elevados no plano económico para a autarquia, verifico que do empréstimo de 798.500,00€ parte das verbas, aproximadamente 50% são destinadas à conservação e melhoramento de edifícios escolares. No que diz respeito à reorganização da rede escolar, o Ministério da Educação comprometeu-se através da Direcção Regional da Educação do Norte, colaborar com os municípios no sentido de disponibilizar verbas para recuperar o parque escolar. Gostaria de saber se a Câmara Municipal de Valença apresentou alguma candidatura? Se não, porquê? Não seria com certeza por falta de informação, quando sabemos que foram enviados faxes para as autarquias, seriam economizados 398.500,00. no ponto 5 do artigo 19º, competências, do Dec.-Lei 7/2003 de 15 de Janeiro, diz claramente o seguinte, (a elaboração da carta educativa, que ainda não se viu nesta Assembleia, as câmaras municipais e o Ministério da Educação devem articular estritamente as suas intervenções de forma a garantir os princípios, objectivos e parâmetros técnicos estatuidos no presente diploma, quanto ao ordenamento da rede educativa). Quando o engenheiro da Direcção Regional da Educação do Norte, em visita ao Agrupamento Muralhas do Minho, afirma que no concelho de Valença há edifícios a mais na rede escolar, questiono se o trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal de Educação, enquanto forum privilegiado de participação de todos os agentes educativos, na definição, implementação de políticas educativas para o nosso concelho, articuladas com a Carta Educativa, nomeadamente no que se refere à reconfiguração e à reorganização da rede, consiga prever as necessidades educativas do município, propondo as

medidas necessárias para dar-lhes resposta. Recentemente, na mesma visita ao Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho, o referido engenheiro transmitiu a informação de que é secundária e teria que ser anexada pelo agrupamento, nada que não soubéssemos, mas a articulação de que tanto se fala falhou. Mais uma vez, em secretismo, sem ouvir a autarquia, professores e sem querer saber da tal articulação, o Ministério da Educação decide sem se importar com os parceiros. O envolvimento da câmara na educação, tem que caminhar no sentido de ultrapassar mera execução de políticas normativas definidas e dirigidas pelo Estado, chegou a altura de definir de uma vez por todas, esclarecer o modelo escolar que se pretende para o concelho.”

O deputado **António Sousa** informou que teve uma reunião com o director da RODMAN e que este, tendo dificuldades em arranjar pessoal para a sua empresa, pediu para que se divulgasse nas freguesias e na Assembleia Municipal esta carência. Disse ainda que os candidatos deverão ter entre dezoito e trinta e cinco anos e que posteriormente terão formação específica em Vigo, com transporte assegurado.

O **Presidente da Mesa** explica que este não é o momento para fazer o debate destas questões e que a RODMAN tem no IEPF uma ficha autónoma de inscrição. Refere que esta preocupação, não é uma preocupação de Gandra, é uma preocupação do município porque quanto mais gente de Valença poder arranjar um posto de trabalho cá, melhor.

Seguiu-se **José Nogueira** dizendo que estão aqui para aprovar a contratação de um empréstimo e se assim for, é para engrandecer Valença, para gerar mais e melhor mão-de-obra. Entende que a informação prestada pelo senhor Sousa é muito relevante, porque segundo o que foi comunicado parece que as pessoas que estavam inscritas no IEPF de Valença, não querem trabalhar e Valença está a gerar postos de trabalho, enquanto que o desemprego em Portugal tem vindo a ser generalizado. Parece que Valença já consegue apresentar essa suficiente capacidade de trabalho, para gerar riqueza. No que toca à contratação de um empréstimo, o Grupo Municipal do PS permite-se destacar, em primeiro lugar os fins visados com a contratação deste empréstimo, a requalificação do centro Histórico de Valença, a conservação e melhoramento dos edifícios escolares e pré-escolares, enquanto investimentos estruturantes e indispensáveis; em segundo lugar, a capacidade de endividamento patenteada pelo município, em vista das acentuadas restrições e limitações impostas pela actual lei das finanças locais.

Armando Carvalho diz que se está a afirmar que em Valença não há quem vá trabalhar para a Rodman e que o Centro de Emprego não mandou ninguém quando ele tem conhecimento de que mandou centenas. No entanto, o senhor Rodman quer DLD (desempregados de longa duração) porque está a concorrer aos apoios à contratação e o centro de emprego tem realmente um plano de apoios à contratação, em que os DLD são os que dão mais dinheiro. Refere que o empresário que for lá e pegar num DLD leva maior apoio à contratação do que se levar um jovem. Opina que se a Rodman quer tecnologia de ponta deveria investir em desempregados jovens não em pessoas com cinquenta anos pois alguns estão inscritos apenas por causa das taxas moderadoras.

O **Presidente da Mesa** esclareceu que permitiu que se aproveitasse um determinado momento cuja contextualização foi amavelmente apontada pela intervenção do Dr. Nogueira e que permitiu a um colega, presidente de junta, prestar uma informação para que cada um faça a correspondente gestão. Foi prestada, foram dados uns e outros esclarecimentos, mas esse não é o tema de debate que nos ocupa, mas sim a contratação de um empréstimo.

De seguida **José Veríssimo** diz que levantou questões pertinentes sobre a educação em Valença e que gostaria de ver respondidas, como por exemplo, a situação em que se encontra a Carta Educativa. Relativamente ao empréstimo para a remodelação de alguns edifícios escolares, considera que são soluções que apenas resolvem problemas a curto prazo. Considera ainda que devem estar delineadas na Carta Educativa estratégias e linhas orientadoras a médio e longo prazo e pergunta se estas já estão ou não definidas. Relativamente às obras que estão a ser

feitas, diz que há coisas que devem ser esclarecidas, nomeadamente sobre as obras na escola de Arão. Pergunta quando estas obras irão terminar e se a cantina terá capacidade para todos os alunos.

José Nogueira intervém para dizer que o senhor deputado Armando Carvalho acabou por esclarecer sobre certas circunstâncias que não constam no “cartaz” e que serão do seu conhecimento pessoal. Diz que nós, na boa fé, apenas nos limitamos a ver possibilidades de emprego para os Valencianos. A questão dos DLD, diz que fica a conhecer a sigla mas que parece não ser este o caso porque eles pedem pessoas dos 18 aos 35 anos e até oferecem formação

O **Presidente da Mesa** esclareceu o senhor Armando Carvalho, que independentemente da intenção do recrutamento, DLD abrange quem estiver desempregado há mais de um ano e isso pode acontecer a quem tiver 19, 20, 21 e 22 anos.

Seguiu-se o **Vice-presidente** dizendo partilhar de algumas das preocupações do deputado Veríssimo sobre o estado geral da educação, porque são problemas de todos nós, porque somos pais, ou porque temos familiares no ensino. Refere que a Carta Educativa já teve parecer favorável no Conselho Municipal de Educação, já foi aprovada em reunião do executivo e está neste momento para discussão pública e portanto, é este o momento próprio para todos fazermos sugestões ao documento, procurando enriquecê-lo, surgindo alterações ou correcções. Quanto ao parque escolar, diz que tem sido feito um grande esforço financeiro e embora o documento ainda não estivesse definido, a visão que tinham para a educação no concelho, dada a baixa taxa de natalidade, fazia com que cada intervenção que se fizesse, ela fosse feita de uma forma sustentada e equilibrada, procurando ter sempre por horizonte o reordenamento do parque escolar. Quanto ao empréstimo, diz que este que visa fazer face a algumas obras no âmbito da educação, vêm referidas no próprio regulamento e que estão à espera de outras novidades no âmbito do quarto quadro comunitário de apoio.

O deputado **Santos Silva** interpelou a Mesa, para perguntar, onde e como é que a carta educativa está em discussão pública.

Respondeu o **Presidente da Mesa** dizendo que é verdade que houve uma decisão no Conselho Municipal de Educação nesse sentido e o senhor vice-presidente disse que já foi aprovada em sede do executivo, neste momento está para consulta pública. A câmara municipal terá nos locais habituais os editais correspondentes a avisarem dessa consulta pública.

Segue-se o **Vice-presidente** que reiterou o que disse o senhor presidente no período da manhã, que a Carta Educativa se encontra em discussão pública, agora o processo e formalismo a seguir, desconhece, sabe que foi para publicação, surge o aviso e a partir daí são trinta dias.

Intervém novamente o **Presidente da Mesa** para dizer que uma coisa é estar já em processo de inquérito público, outra coisa é estar no percurso que viabiliza esse inquérito público, provavelmente não se vê os editais, porque ainda não veio a publicação do Diário da República.

Seguiu-se a votação que, num universo de 32 votantes, foi **aprovado por unanimidade**.

6º Ponto

Apreciação e votação da “Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos” e da “Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”. (Textos em ANEXO Nº.V)

Iniciou este momento o deputado **Armando Carvalho** dizendo que em relação á declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos, que votaremos favoravelmente, há no

entanto que reconhecer que não é só com estas declarações, num determinado conjunto de valores que a coisa se resolve. Diz que isto é uma carta de intenções, não há quem não esteja de acordo, mas depois na prática há um problema de mentalidades incontornável, que diz bem do ponto a que este modelo de desenvolvimento levou o comportamento humano. Em relação à carta europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local, diz passar-se mais ou menos a mesma coisa. Chama a atenção para a quantidade de compromissos a nível financeiro em que nós nos vamos meter, ao aprovar esta carta. Diz que implica por exemplo fazer o infantário, já prometido, na zona industrial e que há que reconhecer que a mulher é um ponto fundamental na sociedade humana, por ser a geradora da própria sociedade humana e que deve ser discriminada positivamente nos seus empregos, ao contrário exactamente do que acontece. Por ultimo, diz que a carta tem algumas disposições que praticamente nos obrigam a legislar quando não nos é permitido faze-lo e dá exemplos.

Intervém **Inês Ferreira** referindo que é pena que em pleno século XXI ainda sejam precisos protocolos ou compromissos deste tipo. Basta olhar para a Assembleia e ver como está a representatividade e olhando para a Mesa as coisas até se invertem.

O **Presidente da Mesa** interveio para discordar e dizer que no Grupo Municipal do PS, a paridade é matematicamente perfeita.

Prosseguiu a deputada **Inês Ferreira** dizendo que apesar disso não se vai estar a meter mulheres em listas ou em órgãos só para ficar bonitos na fotografia, é preciso que as mulheres intervenham, é preciso que as mulheres actuem. Pensa que é uma questão educacional e muito terá que ser feito porque não se cria nas gerações seguintes, os valores da igualdade entre homens e às mulheres. Diz que aprovar isto implica, em dois anos, estabelecer um plano de acção e implementá-lo e revela a sua preocupação face à possibilidade de se estabelecer um compromisso que depois não se cumpra. A este propósito cita como exemplo o que aconteceu com o içar da bandeira em prol da mobilidade e que até hoje nada se fez a nível local dentro desta área. Termina a sua intervenção dizendo que se for mais uma vez para brincar aos compromissos não vale a pena aprovar isto, é preciso agir e não ficar simplesmente no papel.

Intervém o **Presidente da Mesa** dizendo que vai “chegar o momento em que a própria Europa, obrigará os Governos dos estados membros a legislarem nesse sentido. A propósito dos prazos, não é à escala Europeia, mas à escala universal, há um protocolo que se chama protocolo Quioto, e que aprovado no Japão e depois no Rio de Janeiro, continua a dar passos muito lentos, não obstante essa matéria já estar vertida nas legislações nacionais. Com essa noção da responsabilidade nos investimentos, mas também com a noção concreta de que somos um pequenissimo mas importantíssimo grão de areia no posicionamento, é que o debate e a nossa definição vai ser feita.”

José Nogueira disse que quer na declaração, quer na carta, o somatório dos bons princípios e das novas intenções aí vertidas e elencadas, são para ser plenamente assumidos e interiorizados na consciência ética, jurídica, individual e societária, quotidianamente construídos e permanentemente vividos. Urge assim subscrevê-las e mais que isso, implementá-las. Da Constituição da República Portuguesa e dos diferentes pactos e Tratados que o Estado Português já assinou, é óbvio que a nossa implementação a nível local, terá que estar não só subordinada aos princípios desta carta, mas também aos outros princípios informadoras que regem, é o próprio conceito de humanidade que também está em causa na Assembleia da República este debate sobre a igualdade das mulheres e dos homens, não só na vida local como também na própria política, embora haja quem entenda que essa igualdade não deve ser perfeitamente assumida.

Seguiu-se o deputado **Armando Carvalho** que disse: “A história do protocolo de Quioto, posso também dizer, que é precisamente a maior prova de hipocrisia formal. O protocolo de Quioto foi assinado em Quioto, Japão, entre um conjunto de países desenvolvidos

e em vias de desenvolvimento, sendo que os Estados Unidos e Austrália não o assinaram e nós assinamos, e que fizemos ali uma procissão de fé, que sim senhor vamos delimitar a emissão de gases poluentes, mas já nesta altura ultrapassamos a cota de gases poluentes que nos cabia, e vamos comprar cotas aos países mais pobres, o futuro dos países mais pobres agora é vender rins, a vender crianças, a vender cotas de poluição, este é o ponto a que este modelo de desenvolvimento nos levou.”

Intervém **Inês Ferreira** para dizer que de facto isto é uma hipocrisia formal se não apostarmos numa coisa essencial, que é na educação. Acredita que se começarmos a educar os mais jovens, não vamos precisar de mais documentos destes. Termina a sua intervenção sugerindo que, em vez da sessão e almoço de acolhimento aos professores no início de cada ano, seja promovido um encontro, uma manhã ou tarde de trabalho para debater com a ajuda de um especialista, as questões que mais preocupam os professores

O **Presidente da Mesa** diz concordar com o rótulo de hipocrisia destas matérias mas que estamos abordar dois temas de natureza totalmente diferentes no mesmo ponto. Relativamente à sugestão da deputada Inês Ferreira considera que, sem prejuízo do almoço e do jantar, porque também é interessante para eliminar barreiras, sugere que não esperem apenas pelo município para este tipo de iniciativas e que os conselhos directivos ou executivos das escolas se devem pôr de acordo e convidar depois o município.

Procedeu-se à votação que, num universo de 32 votantes, registou **aprovação por unanimidade**.

Feita a leitura da **Acta em Minuta**, a mesma foi **aprovada por unanimidade**, num universo de 32 votantes.

Não se registando intervenientes para o período de intervenção do público, o **Presidente da Mesa** disse que em nome pessoal e sobretudo em nome de todos, celebrou com alegria a presença do senhor Manuel Domingues, que é um sinal de que está a recuperar francamente bem a sua saúde.

O **Vereador Manuel Domingues** pediu autorização para usar da palavra para agradecer a todos a preocupação e solidariedade. Todos os presentes retribuíram com uma salva de palmas a sua intervenção, e, quando eram 17h00, o **Presidente da Mesa** encerrou os trabalhos.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pela 2ª Secretária, Maria Margarida Romeu Rodrigues.

O Presidente da Mesa,

A Segunda Secretária
